



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 074

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE JULHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 074

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Jocelito Canto..... 14

Dep. Dr. Batista..... 16

Dep. Wilson Quinteiro 16

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Dep. Elton Welter 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 14

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 18

Dep. Rafael Greca.....23

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 20

Dep. Péricles de Mello.....21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente26

Discussão/Votação

2ª Discussão27

1ª Discussão27

Requerimentos28

Encerramento da Sessão29

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT29

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato29

Atas de Comissões

Indústria, Comércio e Turismo ..29

Constituição e Justiça30

Redação31

Publicações Administrativas:

Diretoria de Apoio Técnico

Pregão Eletrônico.....33

DIÁRIO Nº 074

73ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE JULHO DE 2010**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Reni Pereira e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti

Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Edson Strappasson, Fábio Camargo, Luiz Eduardo Cheida e Nelson Garcia (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

2ª VICE PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI
OFÍCIO Nº 030/10

Curitiba, em 30/06/10.

Senhor Presidente:

Com os meus cumprimentos venho à presença de V. Exa. para justificar minha ausência nas Sessões desta Assembleia Legislativa nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho próximo passado, por motivo de viagem a Brasília onde participei de reuniões e audiências em diversos Ministérios.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo na oportunidade nosso protesto de estima e respeito.

Atenciosamente,

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

GABINETE DO GOVERNADOR
PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS

OFÍCIO CEE/G Nº 057/10

Curitiba, em 01/07/10.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa., nos termos constitucionais, que estarei afastado do País, no período de 07 a 13/07/10, quando empreenderei viagem à África do Sul, para tratar de assuntos relacionados à promoção da Copa do Mundo da FIFA 2014, e a Angola, para compromissos oficiais de Governo.

Atenciosamente,

(a) ORLANDO PESSUTI

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 05/07/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente nas Sessões Plenárias dos dias 22, 23, 29 e 30 do corrente mês, devido ao fato de estar em Brasília, participando de várias reuniões com Ministros de Estado.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) ENIO VERRI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 05 de julho do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na Cidade de Santa Helena.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Said Felício Ferreira ex-Prefeito de Maringá, ocorrido no último dia 04 do corrente.

O médico Said Felício Ferreira, 76, ex-Prefeito de Maringá por duas vezes (1983-1988 e 1993-1996) e ex-Deputado Federal (1991-1992), morreu em São Paulo. Ele estava hospitalizado para um implante de safena. Ele foi filiado à Arena, por onde perdeu uma eleição para Vereador, e no PMDB elegeu-se Prefeito; teve uma passagem rápida pelo PC do B, quando tentou voltar à Prefeitura, e PV. Veio de Atalaia para Maringá, quando a Cidade surgia. Disputou a última

eleição em 2006, quando foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido Verde. Ele também foi Presidente da Sociedade Médica de Maringá na década de 60. Atualmente, se dedicava às atividades no Hospital São Marcos, onde era Diretor.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adriana Aparecida Marques ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Ferreira de Lima ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Martin Radicowski ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Levandoski ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lidia Carvalho dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Benedito Ferreira dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2282

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Carlos dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joana Remes ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2284

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Iolanda Iankoski Ferraz ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gerson E. Canto ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Iraides Smanioto Nunes ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eufrasio de Moraes ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eliane Rodrigues ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eleonor de França Colaço da Rosa ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Edimar L. Chechtel ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dalva Maria Paulino ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Donaide de Sousa Prestes ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlos Roberto Ribeiro ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Rosa Ferreira ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2295

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Airton Ferreira dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Agelina Correia dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdemira Bomfim Soares ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosalina N. Boulos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rogel Garbuio ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adelina Manosso Scolinoski ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja inscrito nos Anais desta Casa representativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Francisco Magalhães Filho.

Requer mais que da manifestação proposta sejam dados conhecimentos à família enlutada, nos endereços citados em anexo.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Francisco de Borja Magalhães Filho, falecido no último dia 30 de junho, era um gaúcho - nascido no ano de 1935, que adotou o Paraná na década de 1950 e deixará lacuna no pensamento e no planejamento econômico do País.

Foi um dos economistas mais importantes de sua geração e responsável pela formação de várias gerações de economistas.

Trabalhou na Secretaria da Fazenda e formou-se em economia pela UFPR, mais tarde fazendo doutorado em Economia na USP.

Em 1995, participou da criação do Conselho Consultivo de Planejamento - CODEPLAN - no Governo de Adolpho de Oliveira Franco.

Logo depois, em 1958, junto com Alípio Aires de Carvalho e Eduardo Daros, participou da fundação do PLADEP, o primeiro instrumento de planejamento criado no Paraná, e que deu origem à CODEPAR, posteriormente ao Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, aonde chegou a ser diretor.

Na década de 70 foi para Brasília onde continuou seu trabalho de formação de economistas junto ao IPEA e ao CENDEC.

Em 1983, no Governo José Richa, voltou ao Paraná, quando fundou o IPARDES e ocupou a presidência da entidade.

Foi Secretário de Planejamento do Paraná, no Governo Álvaro Dias, e dirigiu entidades da classe importantes como o Conselho Federal de economia e o Conselho Regional de Economia - CORECON-PR.

Autor de uma extensa bibliografia, é considerada sua principal obra o livro "História Econômica - Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense - 1999".

Sua contribuição foi importante na organização de instituições e na formação de novos pesquisadores, permitindo que o País acompanhasse o ritmo acelerado do desenvolvimento científico e tecnológico do século XX.

Num período em que atravessávamos tempos de exceção - seu trabalho propiciou, nos meios de pesquisa acadêmicos onde atuou, num ambiente de plena liberdade e tolerância intelectual. Francisco Magalhães buscava resguardar a livre circulação de ideias.

REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Said Ferreira, com 76 anos de idade, ex-Prefeito de Maringá, ocorrido ontem no Hospital de Beneficência Portuguesa em São Paulo.

Said Ferreira foi o Prefeito que mais tempo dirigiu a Cidade-Canção, com mais de 10 anos de mandato.

Sua maior luta foi pela erradicação das moradias precárias em Maringá. Chegou em Maringá em 1960, vindo da Atalaia, onde tinha um hospital.

Foi Vereador, e em 1976, acabou sendo o terceiro mais votado. Em 1976, chegou ao seu primeiro mandato como Prefeito de Maringá.

Através de empenho pessoal Said Ferreira conseguiu a implantação junto ao Governo do Paraná dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

À família enlutada os sinceros pêsames desta Casa.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Ary de Christian, ocorrido no dia 28 de maio de 2010.

Dr. Ary, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Médico cardiologista e professor aposentado da PUC-PR.

Ex-provedor e irmão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, dedicou sua vida ao atendimento dos mais pobres. Foi Presidente da Confederação Nacional das Federações Marianas, da Federação Brasileira das Academias de Medicina e do Instituto Paranaense de Cegos.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 4 de julho, do ex-Prefeito de Maringá o Dr. Said Felício Ferreira, que foi Prefeito de Maringá por dois mandatos.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 4 de julho, da Sra. Claudete Kaefer, mãe da servidora deste Poder, Kathlenn Kaith Kaefer.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de condolências, à família Wayhs, da Cidade de Entre Rios do Oeste-PR, pelo falecimento de Ademar Wayhs, ocorrido no último sábado.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, se assim entenderem os nobres Pares, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo que dê força e resignação à família enlutada para suportar a perda irreparável.

Que a ausência e as saudades possam ser superadas com a grata lembrança das admiráveis virtudes e exemplos que o Sr. Ademar Wayhs deixou para todos nós. Qualidades essas somente vistas em pessoas muito especiais.

É verdade, se há um momento na vida para o qual nunca estamos bem preparados, é quando alguém que amamos inesperadamente nos deixa.

Mas, se aceitarmos as palavras confortadoras do Mestre Jesus: “Na casa de meu Pai há muitas moradas...”, veremos o que importa é termos guardado essa fé e esse amor da vida eterna em nossos corações.

Ademar Wayhs era catarinense da Cidade Piratuba, nascido em 22/12/29. Em 1951 casou-se com Helga Koch, cuja união foi abençoada por 6 filhos: cinco homens e uma mulher. Há décadas residia na Cidade de Entre Rios do Oeste.

Homem humilde - agricultor e músico, Ademar Wayhs deixa como herança uma história de muito trabalho e de integridade comum a poucos homens, de bondoso esposo e pai exemplar. Como também, sensível aos assuntos de sua comunidade, a qual sempre ajudou intensamente para o seu progresso.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Helga Wayhs.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, a Sra. Andrea Koppe, pelos seus brilhantes e eficientes trabalhos desenvolvidos na presidência da Universidade Livre para a Eficiência Humana (UNILEHU), que se consolida como uma referência nacional nos esforços pela inserção na pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Requer ainda, seja dada ciência a homenageada.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Oswaldo Rodrigues de Jesus, por ter recebido o Título de Cidadão Honorário, do Município de São Mateus do Sul.

Requer ainda, seja dada ciência a homenageada.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento REQUER que, depois de ouvido o douto Plenário seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, com menção honrosa para o Sr. Vanderlei Francisco Ferreira, popularmente conhecido como Kello, pioneiro no setor de fotografias na Cidade de Santa Fé. Nascido em 10/05/61, em Santa Fé em 25/05/49. Como todo bom aprendiz foi engraxate aos 7 anos de idade.

O apelido de Kello veio de “branquelo” como é conhecido até hoje naquela Cidade. Aos 14 anos começou a trabalhar com o Sr. João Takemoto, no Foto Moderno, quando teve os primeiros contatos com a fotografia. Em 1977, continuou na Foto Moderno com a família Nonaka que mais tarde vendeu o negócio para o Sr. Kazuo Yokozawa onde trabalhou até 1980.

Em 1977 conhece Sonia em 1980 casou-se com ela no Cartório de Lobato. Em 1981 nasceu o seu primeiro filho Adriano e logo em seguida Vanderson e Kelle.

Em 1980 fundou a empresa Cine Foto Kello passando a fotografar casamentos, batizados e aniversários. Neste empreendimento atuava como fotógrafo, laboratorista, montador de álbuns e até vendedor. Hoje a empresa Kello Formaturas é reconhecida nacionalmente neste segmento de mercado e atua com várias filiais em todo o Brasil. Muitos dos seus colaboradores tornaram-se parceiros e seguiram no ramo de fotografia abrindo novas empresas.

Com esta alavanca para o Município, foi possível à Cidade de Santa Fé alcançar o Título de Mérito Comunitário sendo que os relevantes serviços prestados a comunidade o Sr. Vanderlei, o conhecido Kello, foi laureado com o Medalhão do Brasão do Município. Em setembro de 2008 incorporou ao seu nome de batismo o apelido de Kello, tornando assim oficialmente Vanderlei Kello Francisco Ferreira.

Através da Lei Estadual nº 16287/09, de autoria deste Parlamentar, hoje Santa Fé, é reconhecida com a denominação de Capital da Fotografia do Estado do Paraná.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 20º Aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Iracema do Oeste, comemorado no dia 04/07/10.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Exmo. Sr. Leônidas Neubern Rodrigues Neto. Digno. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

No dia 04 de julho o Município de Iracema do Oeste e seus munícipes estão em festa com todo o merecimento devido, pois há 20 anos a Cidade comemora o pleno sucesso de seu desenvolvimento.

Iracema do Oeste nasceu na década de 1950. Seus pioneiros enfrentaram muitas dificuldades, mas o trabalho, a luta, o sacrifício, a união e a esperança fizeram com que a comunidade crescesse e participasse da vida econômica e social da região e do Estado. A cultura mais representativa plantada no início da colonização foi o café, seguida de outras de subsistência como o milho, arroz e feijão.

O Município foi criado através da Lei estadual nº 9310, de 04/07/90, sendo desmembrado de Formosa do Oeste.

Mesmo com as dificuldades inerentes a um jovem Município, Iracema do Oeste contou com pessoas determinadas, que acreditaram no seu desenvolvimento e crescimento. Hoje, conduzido pelo Prefeito Leônidas Neubern Rodrigues Neto, o Município é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população.

Iracema do Oeste acaba de completar 20 anos de Emancipação Político-Administrativo, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Escritório Contábil Gomes Ltda.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Escritório Contábil Gomes Ltda, na pessoa do Sr. José Gomes Ferreira que com respeito, solidez e lealdade, desenvolve um trabalho que é referência em Contabilidade. Inovando e melhorando as soluções técnicas, dá tranquilidade aos clientes através dos serviços de forma ágil, atingindo soluções e resultados positivos com transparência e confiabilidade. Uma empresa tradicional no Município de Maringá, que tem em seu quadro de pessoal, técnicos qualificados e norteados pelas boas práticas gerenciais.

REQUERIMENTO Nº 2307

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Construtora Design.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Construtora Design, na pessoa de seu fundador e Diretor Engenheiro Wilson Tomio Yabiku, que nestes 35 anos de existência, demonstra toda a tradição, seriedade e ousadia na arte de construir. Referência no mercado imobiliário, atua na construção civil com excelência operacional e rentabilidade.

Construindo com grande esmero empreendimentos que proporcionam qualidade de vida, com respeito ao consumidor, a sociedade e ao meio ambiente, reafirmando a sua responsabilidade como agente gerador de empregos e de formentador da economia.

REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos Clubes de Mães: Clube de Mães Antonia Kachel Spila, presidido pela Sra. Deonilda Miiler Machado; Clube de Mães Gralha Azul, presidido pela Sra. Claudete Diniz Schwarz; Clube de Mães Vila Leonice, presidido pela Sra. Braura Francisca da Silva e Clube de Mães da Vila Audi, presidido pela Sra. Sueli Aparecida dos Santos Carneiro.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem às presidentes dos referidos clubes de mães na nossa Capital, em reconhecimento ao importante trabalho realizado em suas comunidades, atendendo às famílias e promovendo ações para melhorar a qualidade de vida da população.

REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Elf Banco de Documentos.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Elf Banco de Documentos, grande empreendedora do Município de Maringá. Uma empresa altamente especializada em consultoria e informatização de órgãos públicos. Disponibilizando produtos e serviços de alta tecnologia que atendem diversos segmentos do mercado.

Atingindo excelentes resultados junto aos seus clientes, com experiência de seus profissionais e de sua diretoria, unindo conhecimentos sobre os diversos processos para gestão de instituições em seus mais diversos níveis, colaborando no desenvolvimento do Município, sendo uma referência empresarial.

REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Baquetas Alba.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Baquetas Alba, na pessoa de seu administrador Sr. Cisne Olivo Alba, um grande empreendedor do Município de Maringá. Uma empresa altamente especializada na fabricação de baquetas para bateria e percussão, que vem modernizando-se, buscando cada vez mais a excelência em seus produtos, proporcionando a seus clientes acesso ao que há de melhor no mercado e colaborando no desenvolvimento do Município, sendo uma referência na indústria paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Grupo G 10 Transportes.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Grupo G 10 Transportes, atualmente composto pelas empresas: Transpanorama, TransFalleiro, Cordiulli, Rodofaixa e VMH Transportes, que juntas administram o conglomerado. Com uma frota de mais de 600 conjuntos, é o maior prestador de serviços em transporte de grãos do País. Com o know-how adquirido desde sua fundação, conquistou credibilidade e importantes parceiros, tornando-se referência no ramo. Um grupo que tem responsabilidade, gerando empregos e movimentando a economia paranaense, patrocinando programas sociais que atendem crianças carentes e programas de qualificação profissional para motoristas, cumprindo seu papel social perante a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao restaurante Menina Pimenta.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao restaurante Menina Pimenta, que trouxe um novo espaço à sociedade maringaense, proporcionando os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita e reforçando o turismo gastronômico e cultural da Cidade.

Por se tratar de uma cozinha de excelência, vem revelar as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a

qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2272

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidas a este Parlamentar as seguintes informações, complementando a resposta contida no Parecer nº 320/10-PG, de 30/06/, do procurador Geral desta Assembleia, relativas aos servidores efetivos desta Casa de Leis e acrescentando novos questionamentos:

-Quando questionamos se haviam servidores efetivados após a publicação da Lei nº 10219/92 na Assembleia Legislativa do Paraná, recebemos resposta negativa. Porém, ao comparar a relação de servidores constantes do Diário da Assembleia de 18/05/06, onde foi publicado o quadro de servidores desta Casa de Leis, com a relação da transparência, constante no Diário de 31/05/10, verificamos que existem contratações posteriores a 21/12/92 (constatamos pelo menos doze servidores). O que justifica tais contratações?

- Em nosso requerimento, solicitamos fosse anexada a relação de todos os servidores beneficiados pela Lei nº 10219/92, o que não foi atendido. Reiteramos a solicitação;

- Outro fator que chamou atenção foram as diferenças de níveis de enquadramento entre servidores da mesma carreira. Se a grande maioria dos servidores foi enquadrada em início de carreira, o que justifica alguns poucos servidores, mesmo com data de contratação posterior à maioria, terem sido enquadrados em níveis mais elevados? Se não foi o critério de antiguidade, qual o critério adotado?

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 310/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, com sede e foro no Município de Peabiru, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Rede feminina de Combate ao Câncer de Peabiru, foi declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 395/02, de 05/11/02. Juntamos também, toda a

documentação necessária para a apresentação deste projeto de lei, para declarar de utilidade pública estadual a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Peabiru.

Esperamos a aprovação por todos os colegas Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 311/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Obriga as empresas que realizam a condução coletiva de escolares, de ordem pública ou privada, a adaptar cintos de segurança em cada um de seus veículos.

Art. 2º Às empresas de transporte de escolares será obrigatória o uso de cinto de segurança em todos os assentos, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 3º As empresas que realizam o transporte público ou privado de estudantes que forem flagradas sem a adaptação do cinto de segurança em todos os assentos, serão alvo de punição por meio de multa pela não utilização de equipamentos obrigatórios, de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Art. 4º As empresas que realizam o transporte de escolares que não se adaptarem, caberá a perda da concessão de transporte coletivo.

Art. 5º O prazo para as empresas se adequarem a esta disposição será de 90 (noventa) dias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A razão deste pedido é a necessidade de reduzir o número de vítimas decorrentes de acidentes envolvendo veículos destinados ao transporte coletivo de escolares, nos quais, caso todos os passageiros usem o cinto de segurança, é possível reduzir em 75% o número de mortos e feridos em acidentes graves.

A presente medida pretende que as empresas que realizam o transporte coletivo de estudantes passem a adaptar cintos de segurança em todos os assentos de cada um de seus veículos.

Ressaltamos ainda a relevante importância da obrigatoriedade do uso deste equipamento de segurança, pois o transporte coletivo de estudantes é amplamente utilizado por crianças e adolescentes do ensino fundamental e pelos alunos de graduação que muitas vezes se deslocam de um Município a outro para estudar.

Grande é o benefício, uma vez que estamos cuidando da integridade física dos discentes do Estado do Paraná.

Isto posto, temos a certeza de que esta proposição terá um trâmite acelerado entre as comissões e será aprovada nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 312/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa Paranaense de Assistência aos Portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC.

Art. 2º Todas as unidades públicas de saúde do Estado do Paraná que oferecerem à população o programa de que trata esta lei, deverão disponibilizar de espirômetro para realização de exame gratuito de espirometria aos pacientes.

Art. 3º Diagnosticada no paciente a DPOC, este receberá dos órgãos públicos competentes, gratuitamente, os medicamentos necessários para o controle da doença.

§ 1º Oxigênio-terapia aos pacientes com diagnóstico de DPOC, que tiverem indicação.

§ 2º Fisioterapia de reabilitação pulmonar aos enfermos de DPOC, quando houver recomendação médica.

§ 3º Disponibilização de cadeira de rodas quando houver incapacitação da locomoção do indivíduo ocasionado pela DPOC.

Art. 4º As vacinas antigripais e antipneumocócica deverão estar disponíveis aos portadores de DPOC, sendo as primeiras anualmente e a segunda a cada 5 (cinco) anos.

Art. 5º O Governo do Estado poderá criar programas especiais para os portadores de DPOC, onde defina regras e benefícios para a redução de gastos com energia elétrica e impostos.

Art. 6º Fica estabelecido o período até 31/06/11, para que as unidades públicas de saúde de que trata o artigo 2º, sejam atendidas pelos benefícios desta lei.

Art. 7º A implantação do que dispõe o artigo 2º terá seu investimento rateado nas proporções estabelecidas por regulamentação entre o Estado e Municípios.

Art. 8º O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, estabelecerá as condições necessárias para a execução do que estabelece o artigo 3º e seus parágrafos.

Art. 9º A implantação que trata o artigo 2º poderá se estabelecer através da aquisição de equipamentos ou firmamento de convênios com estabelecimentos públicos ou privados por parte do Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 10. A fiscalização dos serviços conveniados de espirometria estará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 11. A fiscalização do funcionamento e manutenção dos aparelhos de espirometria será de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, ressaltamos que este projeto de lei não invade a competência constitucional de outros entes da Federação, uma vez que a Carta Magna estabelece a obrigação do Estado de cuidar e preservar a saúde da população, em seu artigo 24, inciso XII: *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.*

A presente proposta visa proteger a saúde de inúmeras pessoas que são portadoras de alguma espécie de DPOC. A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma enfermidade que atinge um crescente número de indivíduos, sendo causada, principalmente, pela exposição à fumaça do cigarro e poeiras orgânicas e industriais. É caracterizada pelo aparecimento de enfisema pulmonar, bronquite crônica, bronquiolite respiratória e alterações na vasculatura pulmonar. Em 1997, a Organização Mundial de Saúde (OMS) iniciou uma campanha para chamar a atenção sobre o aumento do número de casos e de danos provocados pela DPOC, um projeto mundial denominado Global Initiative for Obstructive Lung Disease (GOLD), que inclui médicos de mais de 80 países com a incumbência de alertar as pessoas e desenvolver pesquisas e condutas para esta doença incapacitante e pouco conhecida.

Apesar da inexistência de um programa para tratar a DPOC, a doença existe e gera grande demanda ao sistema público de saúde, principalmente nos meses de inverno, portanto, se houvesse um tratamento e acompanhamento adequados, diminuiria não apenas o sofrimento dos acometidos por ela, mas o número de atendimentos e por consequência as despesas com situações de emergências e internações.

Assim sendo, o Programa de Assistência aos Portadores de DPOC viria a diminuir consideravelmente as decorrências e as despesas por meio de um diagnóstico precoce desta enfermidade através de um simples exame

de espirometria e o adequado tratamento que evitaria a evolução da doença no paciente.

Isto posto, temos a certeza de que esta proposição terá um trâmite acelerado entre as comissões e será aprovada nesta Casa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que acompanham as Sessões desta Casa através da televisão Rede MERCOSUL e também através da internet.

Sr. Presidente, estava lendo no noticiário há pouco a respeito do último dia, que é hoje, para o registro de candidatos, candidatas, a Deputada Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador, Presidente, Vice-Governador, Vice-Presidente da República. E uma coisa me chamou a atenção, é sobre o gasto que os principais candidatos à Presidente da República estão declarando que vão gastar nas eleições desse ano. O salário de Presidente da República em número redondo, bruto, é de R\$ 25 mil por mês, tira 27,5% de imposto de renda, dá uma queda razoável Sr. Mário. Pois bem, num ano o Presidente da República, evidentemente tirando as mordomias de moradia, energia elétrica, carro, viagem, telefone, que você não paga, o Presidente da República vai ter liquidado pouco mais de R\$ 200 mil na sua conta bancária, em quatro anos R\$ 800 mil.

Fico meditando: só o gasto que a Dilma e o Serra estão anunciando, em número redondo, tem o gasto de Vice também, não estou falando em caixa dois não - tomara que não tenha caixa dois - em número redondo só a Dilma e o Serra vão gastar R\$ 400 milhões numa campanha em que o horário na rádio é de graça, o horário na televisão é de graça. Num País que arrota que é rico, mas que também tem um bolsão de miséria muito grande, que ainda tem, infelizmente, gente subnutrida, se alimentando mal, gente sem dinheiro para comprar um remédio, para comprar um óculos, uma cadeira de roda, tem gente que as vezes está doido para ter um terreno lá na favela, ou no assentamento para poder construir uma casinha e não tem dinheiro, gente que não tem dinheiro para comprar uma motocicleta, uma bicicleta. Quatrocentos milhões de reais, que fortuna. Se houver caixa dois, daí é imprevisível para quanto vai o gasto dos candidatos a Presidente da República.

Mas que amor à Pátria fantástico desse pessoal, que amor a todos nós brasileiros, a pessoa para tentar ganhar R\$ 800 mil em quatro anos de mandato monta um esquema para gastar 200, R\$ 300. Se fosse na loteria esportiva, Deputado Reni, seria como dissesse: “Bom, o

prêmio é de R\$ 800 mil e o apostador aqui, maluco vai gastar 200 milhões para tentar abocanhar o prêmio de R\$ 800 mil”. Naturalmente que iriam interná-lo no hospício.

Esse negócio de falar que é para servir o Brasil, para ajudar o povo. Pobre do povo! Mesmo com horário de graça em rádio, televisão esses abnegados cidadãos, por absoluto amor, gastam mais do que vai arrecadar em quatro anos de mandato. Posso falar porque a Gazeta do Povo publicou, na última eleição de Deputado do Paraná, que estou entre os candidatos a Deputado que menos gastou. Gastamos muita sola de sapato e tivemos a alegria de poder ir ao encontro do povo e levar a nossa proposta. É estranho um candidato a Vereador, Deputado, Governador, Senador, Presidente vem com um gasto de uma verdadeira fortuna. Isso é até um desrespeito a miséria que muita gente passa. Muita gente que não tem dinheiro para pagar a conta do telefone, da água, da luz, aluguel, botar comida na panela da família. Tem muita gente em dificuldade, afundada em dívida, em agiota, em financeira.

Então, Deputado Dobrandino, Deputado de Foz do Iguaçu instituiu a catraca eletrônica lá, e pelo que entendi vai tirar uma boa parte dos cobradores de ônibus. E, ao invés de passagem baixar de preço, instituíram cartão magnético e estão aumentando a passagem de ônibus. Isso não está certo, não! O Sr. Joaquim batista reclamou e com razão, a passagem de ônibus de Foz do Iguaçu deveria ser uma das mais baratas do Brasil. Mas, lamentamos o gasto exagerado dos candidatos. É amor ao Paraná? É amor ao Brasil? É amor a vaidade deles.

Agora, quem bota muito dinheiro para eleger um Prefeito, um Governador ou um Presidente da República, certamente está pondo dinheiro para pegar depois tudo de volta com juros e correção monetária. São os grandes empreiteiros. A quitanda da D. Maria não dá dinheiro para candidato nenhum. O baú do Joãozinho que frita o pastel não tem dinheiro para dar para ninguém. Então, quem bota dinheiro na campanha desses candidatos? são os banqueiros, os grandes empreiteiros, são pessoas que estão de olho grande em cima do dinheiro da máquina pública, põem 1 mil para tirar 10 mil. E o povo que acaba sendo prejudicado.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Temos um e-mail da Vera Rubbo, grande lutadora pelos policiais militares, uma mulher guerreira diz aqui:

(Lê):

Depois de duas semanas com as atenções divididas entre jogos da Copa do Mundo e festas juninas, os Parlamentares prometeram para esta semana um esforço concentrado de votações que ficaram pendentes para conseguir chegar ao recesso do meio do ano, que se inicia no dia 17, com o cronograma minimamente cumprido.

Pela pressão vinda do Executivo, no caso dos projetos do marco regulatório do pré-sal, aos Senadores se

comprometeram a votar nesta terça (6) e quarta-feira (7) a proposta - Projeto de Lei Complementar nº 309/09 - que autoriza a União a criar a estatal que irá gerir os contratos de exploração do pré-sal. A estatal terá o nome de Pré-Sal Petróleo S/A.

Em paralelo, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Cândido Vaccarezza - PT-SP - articula com a base aliada para que haja o número suficiente de Parlamentares para que eles votem os projetos do pré-sal, também nos dias 6 e 7 de julho. Estão na pauta o projetada criação do Fundo Social - uma espécie de poupança pelos lucros advindos da produção petrolífera - e institui o modelo de partilha.

Segundo Vaccarezza, aos esforços incluem ainda a votação da PEC 300, que reajusta o piso salarial de policiais e bombeiros dos Estados. Outros projetos polêmicos como a reforma do Código Florestal, a do Código de Processo Penal e os reajustes dos servidores do Senado e do Judiciário só devem ter chance de sair do papel no próximo semestre, cujos trabalhos no Congresso reiniciam em 2 de agosto.

Atenção, Deputados Federais! Não esqueçam de votar e aprovar essa PEC 300, que é do maior interesse dos soldados, dos praças da Polícia Militar de todo Brasil. Parabéns, Vera Rubbo!

Temos aqui o e-mail do Isaac Adriano de Souza sobre aquela história que estão querendo usar o dinheiro da COPEL para reformar, para ampliar o campo do Atlético, da Arena da Baixada. Quer dizer, por mais que tenhamos simpatia pelo Atlético, acho que dinheiro público tem que ser convertido em favor de toda população e não apenas de um time de futebol.

E diz aqui o Isaac Adriano de Souza: *Parabéns, Deputado Belinati! Usar dinheiro que poderia muito bem levar energia elétrica a uma maior parte da população do Estado para reformar um estádio de futebol que é particular e, depois da Copa, não vai trazer nenhum benefício para o povo do Paraná, é ridículo que algum Deputado vote a favor dessa loucura.* O Isaac Adriano de Souza também é contra usar o dinheiro da COPEL nessa obra.

Recebo um e-mail do meu amigo Edson Cunha de Londrina, valoroso funcionário da Universidade Estadual de Londrina, que diz o seguinte: *No dia 01 de junho, o Tribunal de Justiça anulou o Edital PSP nº 192/08, deixando mais de 400 servidores das universidades estaduais completamente desesperados. Os embargos de declaração impetrados pela UEL - Universidade Estadual de Londrina e pela ASSUEL - Associação de Servidores da UEL, foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça sem que as principais vítimas no processo tivessem direito a ampla defesa. O Edital anulado está embasado na Lei Estadual nº 15050 de 12/04/06, em seu artigo 27, que trata da promoção do servidor público. Ocorre que esta lei foi aprovada. Por isso, os servidores atingidos solicitam o apoio na reparação do problema criado para as famílias envolvidas.* Mas que coisa triste que fizeram com mais de 400 servidores da Universidade de Lon-

drina! Foi anulado o edital, mais de 400 servidores da UEL prejudicados. Nossa solidariedade aos funcionários e funcionárias da Universidade Estadual de Londrina, ao Edson Cunha e a todos que foram prejudicados. Esperamos que a Justiça corrija a injustiça e faça justiça.

Para terminar, Presidente, o fato político que está em todos os jornais e blogs do Paraná é a briga que ocorreu, ontem, no aeroporto de Campo Mourão, entre Rubens Bueno e Roberto Requião. Aí tem o dito pelo não dito, quem apanhou, quem bateu. A primeira versão é de que o Rubens Bueno deu um murro, jogou o Requião no chão, que o Requião também revidou. Está uma guerra pelos e-mails, pela mídia. São dois grandes políticos do Paraná: Rubens Bueno, Presidente do PPS; Roberto Requião, candidato ao Senado pelo PMDB. Quer dizer, nem começou a campanha eleitoral, a campanha começa oficialmente amanhã. Não estamos aqui para tomar partido de nenhum dos lados, mas foi uma coisa feia da política do Paraná, que lamentamos.

Será que é isso que o povo espera de nós que estamos aqui ocupando um mandato parlamentar ou daqueles que pretendem galgar grandes posições se elegendando nas eleições de outubro agora? Acho que o que interessa ao povo não é dar murro um no outro, um dizer que o outro está como gata no cio, envolver até a mãe na parada. Coitadinha da mãe, a mãe já deve até ter morrido, é mãe para lá, é mãe para cá. Acho que isso pegou muito mal para a política do Paraná, porque entendemos que podemos discordar de ideias, de líderes, mas jamais partir para a violência, seja de quem for. Acho que os dois estão completamente errados. Cada um está tomando um partido: "Bom, eu gostei do murro!" O outro: "Eu não gostei!" Mas o que é fundamental, e é este o apelo que fazemos, é que os políticos procurem tomar um calmante, ter a cabeça no lugar, ter um lado emocional para discutir os grandes problemas do povo. Se eles são machões que querem medir força para ver quem pode mais, quem bate mais, quem apanha mais, poderíamos convocar uma luta livre no Ginásio do Tarumã, doação de um quilo de alimento não perecível para doar para uma instituição de caridade. Coloca os dois em um ringue, mas em um cenário de luta. Agora, no campo da política, temos que discutir os grandes e graves problemas do Paraná, o desemprego, a violência, a Saúde Pública, o crack, a droga que tem rolado solta neste Paraná.

Então, lamentamos profundamente mais esse triste episódio, que é uma mancha na política do Paraná. Isso não condiz com o que pensa, com o que deseja o nosso povo, da classe política. Depois o político fica reclamando que está mal cotado, que o povo não gosta de político, que o povo não acredita em político. O povo tem, sim, seu líder, seu candidato, sua candidata, mas é preciso, acima de qualquer força física, que usemos a força mental, a inteligência mental para discutir e ajudar o povo, ajudar o Paraná no caminho da prosperidade, da paz e do respeito mútuo entre todos os candidatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje quero, aqui na Casa, falar sobre esse relatório que foi publicado recentemente, do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, que fez vistorias aqui no Estado do Paraná, no Tribunal de Justiça. Conseguimos uma cópia desse relatório e é de chamar a atenção o que o CNJ disse, escreveu, a respeito do Tribunal de Justiça do Paraná, é caso de Polícia. Aqui está o relatório do CNJ, é importante dizer que esse relatório do CNJ é feito por amostragem, não se fez uma auditoria, se fez uma amostragem das contas do Tribunal de Justiça. E pasmem os senhores, estou vendo nesta Casa o Deputado Nereu Moura, estou vendo que V. Exa. recebeu um pedido para aumentar o índice do Tribunal de Justiça, eu quero baixar, porque está sobrando dinheiro no Tribunal de Justiça, tanto é que está se usando, fazendo pagamentos ilegais, criminosos, e o Ministério Público nunca fez nada.

O Presidente da OAB, o todo poderoso Presidente da OAB, será que a OAB vai fazer um movimento para levantar a amostragem que o CNJ fez nas contas do Tribunal de Justiça? Porque qualquer acadêmico pode entrar na página do CNJ para pegar uma cópia desse relatório. Qualquer acadêmico de Direito, qualquer pessoa que tem um pouquinho de instrução vai ficar horrorizada com o que fez o Tribunal de Justiça.

Não aceito ser julgado pelo Tribunal de Justiça. Acho que ele não tem mais condições de me julgar. Quero ser julgado em Brasília, fora. Eles não têm condições de julgar mais ninguém neste Paraná, depois desse relatório do CNJ. O que se vê aqui não é de um, é de muitos anos.

Para se ter uma ideia, salários estão sendo completados com o dinheiro do fundo. Gratificações ilegais a inativos, que recebem dinheiro dos fundos. Pasmem, Srs. Deputados, com fundos que aprovamos aqui na Casa! Dinheiro dos fundos pagam a barbaridade, que é o salário do Tribunal de Justiça. Apadrinhados recebem um grande salário, os demais menos. Diárias: uma servidora recebeu 450 mil, em quatro pagamentos; outro recebeu 300; outro, 100 mil.

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

Sr. Presidente, eu não sei o que a Casa e os Deputados podem fazer com esses absurdos. Licitações dirigidas chegam a um ponto de o CNJ citar aqui que o Tribunal virou refém de empresas. Aqui não fala ainda do anexo, que a licitação era para ser 20 milhões, mas ele custou mais de 40. O anexo é outra coisa. Aqui tem de tudo.

Volto a dizer que a inspeção que o CNJ fez foi por amostra e não caso a caso. O que eles citam aqui é muito pior do que a briga do Requião e do Rubens Bueno. Ouvi hoje o Rubens Bueno e companheiros de rádio, não querendo pronunciar palavras que são de baixo calão, que um falou para o outro. O que o CNJ falou aqui a respeito do Tribunal de Justiça me nego a ler, porque é tão feio, pior do que os palavrões da briga do Requião e do Rubens Bueno.

Quero perguntar ao Presidente da OAB, olhar nos seus olhos: V. Sa. que quer um Paraná que os paranaenses querem, use a mesma coisa que fez contra esta Casa agora contra o Tribunal de Justiça. Quero saber se o senhor tem coragem para isso. Ou o senhor é vaquinha de presépio de um meio de comunicação. Agora, o senhor tem na mão o CNJ, documentos, um relatório feito pelos melhores e mais competentes técnicos do País, do Conselho Nacional de Justiça. O que tem, aqui, se um Prefeito do interior pensasse em fazer 1% do que está nesse relatório por amostragem, pensasse, ele já estaria preso. Condenado, preso o Prefeito que pensasse em fazer, tamanha é a confusão armada ao longo dos anos pelo Poder Judiciário no Paraná.

Depois que se fala aqui, não há dúvidas que os nossos processos andam rápido. Mas não tem problema, temos que ter a coragem de falar. Alguém tem que se levantar, tem que perguntar ao Presidente da OAB: "Presidente, o que o senhor fará com esse relatório do CNPJ?" O Ministério Público do Paraná, esse grupo que está investigando a Assembleia, será que teria coragem, esse promotor que entrou aqui na Assembleia, será que ele teria a capacidade e coragem de entrar no Tribunal de Justiça e buscar esses documentos que estão lá? Não sei. Por que ele não faz isso *in loco*? Tenho a certeza que vai encontrar muitas coisas que não estão nesse relatório.

Então, Presidente da OAB, neste dia em que faço esse pronunciamento, que se tenha a mesma medida que teve em relação à Assembleia. Comecei a ler esse relatório, que é por amostragem, pegou-se lá 5 mil funcionários, se viu as contas de vários setores, um pouquinho de cada um, não há tempo em poucos dias de fazer uma auditoria.

Deputado Neivo, vou lhe conceder um aparte, porque eu já li uma das 10 vezes isso. Tem de tudo, tem licitação dirigida, tem salário exorbitante, tem inativos recebendo irregularidade, tem Desembargador recebendo além do que devia, tem funcionário e motorista recebendo como Desembargador. É uma beleza! CNJ, não foi a Assembleia que fez. Aliás, a Assembleia tentou investigar, mas foi barrada, não pode.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Jocelito, não vou entrar no mérito da auditoria do CNJ, porque não tive acesso. Portanto, não conheço o relatório apresentado. Mas sei como funciona os trâmites das prestações de contas no Paraná. Tudo para o Tribunal de Contas. É um caminho inevitável. O Tribu-

nal de Justiça tem que prestar conta para o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas vai evidentemente exaurir um parecer, após o que em última análise quem aprova e rejeita as contas do Poder Judiciário também somos nós. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa.

Então, a rigor, quando V. Exa. diz que um Prefeito de um Município pequeno tem o rigor da lei, tem sim. Esta é uma prática feita com muita clareza nesse País. Os grandes se entendem. São muitos poucos os que comandam essa grande massa de recursos públicos. O que precisamos é fazer com que as instituições passem a funcionar para o bem e não para o mal.

É oportuno o discurso de V. Exa. e também que fique guardado na mente de todos aqueles que se elegem com cargo público, para que façam esta análise, esta reflexão para ver o Paraná que nós queremos, se é o Paraná que se apresente nesta situação ou se é um Paraná passado a limpo.

Primeiro passo, temos que observar com detalhe e já venho falando há muitos anos em relação ao Tribunal de Contas. Não me refiro aos funcionários do Tribunal de Contas, não me refiro aos técnicos do Tribunal de Contas mas me refiro mais especificamente aos Conselheiros. Eu fiquei na Secretaria de Esporte e Lazer, Deputado Jocelito Canto, por 14 meses em Curitiba, peguei uma Secretaria que vinha de 92 com o mesmo rito, sem nenhuma irregularidade - pois foi exatamente no ano que lá estive que acharam que alguns procedimentos de contratação de professor, de contratação de locutor e que teria gerado um prejuízo de R\$ 200 mil.

Olhe, V. Exa., o Conselheiro Nestor Batista, que para mim eu não queria como Conselheiro jamais, ele pode aconselhar muito bem, com certeza, a família dele, porque lá emprega seus filhos e lá também naquele Diário Oficial foram nomeadas pessoas só pelo RG - nem o nome se dava no Diário Oficial. Então, estou dizendo a V. Exa. que precisamos colocar o dedo na ferida do Tribunal de Contas e é urgente, porque afinal é o dinheiro do povo do Paraná que está lá, são os convênios, são os contratos, são as grandes falcatruas que moram e dormem dentro daquele Poder.

Era isso, muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

Para terminar, Sr. Presidente, esta questão do pagamento de verbas - pagamento de servidores inativos - o inativo recebe lá abono de permanência, função gratificada, gratificação por assiduidade, gratificação por produtividade, gratificação de representação e ainda o pagamento de serviço extraordinário para servidores inativos. Isto está no relatório do CNJ que é um absurdo.

Daí tem a questão das licitações que em determinado momento o CNJ diz que algumas eram dirigidas e que fere o princípio da isonomia, que os contratos guarda-chuva só ajudavam a aumentar o preço, que o

Poder Judiciário era refém, é refém, ainda é de uma empresa, é refém porque ela pagou o contrato daquela empresa e deu vários aditivos, o Tribunal de Contas sabe de tudo isso, está aqui também, constatou-se que a administração do Tribunal de Justiça do Paraná se tornou refém da empresa.

Imaginem os senhores, o nosso Tribunal de Justiça do Paraná é refém, refém de uma empresa de computação que é uma grana preta, mensal. Está aqui dito no relatório do CNJ.

E assim vai - tem para tudo. Os fundos criados, Deputado Dobrandino, tem dois fundos, o FUNREJUS e o FUNRU, são dois fundos, estão a pagar gratificações ilegais e alguns funcionários do Tribunal, outros não recebem. Esta empresa MPS - Informática, meu Deus do Céu, esta empresa deitou e rolou lá no Tribunal. Precisa saber de quem é essa empresa que ganhou uma grana preta. Não sei de quem é.

Enfim, esse relatório que foi feito só por amostragem, mostra que temos um grande problema no Judiciário paranaense.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado Jocelito?

(Assentimento)

Quero parabenizar V. Exa., um dos mais brilhantes Deputados da atual legislatura, um dos maiores comunicadores que conhecemos, mas me permita Deputado eu tenho visto em alguns fóruns e até no próprio Tribunal de Justiça a pouca estrutura que um Juiz, um Desembargador têm para poder exercer a sua função como Magistrado. É muito precatório, muito precatório mesmo quando se cobra mais agilidade da Justiça. Acho que se deixa pensar mais seriamente numa medida concreta e objetiva no sentido de fornecer ao Juiz e ao Desembargador uma estrutura funcional compatível com a alta função que ele exerce.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Se ele pagasse o cargo que paga gratificação a mais dava para pagar mais 10 funcionários, ele paga demais um com coisas que não são corretas e deixa de contratar os bons funcionários, a boa assessoria.

Enfim o relatório está aí, vamos ver se os meios de comunicação também vão dar a mesma importância a essa relatoria, vamos ver se a OAB, através de seu Presidente, me disseram que ele é um moço muito sério, vamos ver se ele vai tomar providências quanto a isso tudo que estamos vendo aqui. Porque quando é um Prefeito que comete às vezes um erro administrativo pequeno, pouca coisa, ele paga pelo rigor da lei. Quando vemos o Tribunal de Justiça do Paraná que julga as coisas, julga todo mundo, são Juizes, vemos algumas barbaridades aqui ficamos desacreditados. Eu nunca imaginei na minha vida que um Tribunal que julga Prefeitos, Vereadores, pessoas e quando julga, julga o caráter das pes-

soas, elas são o que faz o cidadão, e aí vemos toda essa barbaridade aqui e desanimamos com o Poder Judiciário!

Tinha que falar isso, sei que é pesado tem pouca gente com coragem para falar, a partir de hoje meus processos andam mais ligeiro lá no Tribunal, não tem problema. Quando falo aqui sempre há agilidade, esta semana mesmo uma Desembargadora julgou um caso meu a pedido de outra Desembargadora, é a Justiça mais rápida do mundo, quando quer! Mas não tem problema, temos que conviver com isso, às vezes demora, às vezes vai mais ligeiro, comigo tudo é rápido. Tinha que fazer este pronunciamento em respeito aos bons Juízes, bons Desembargadores e pessoas que gostam e sabem que o Judiciário tem que ser correto, porque quando não se acredita no Poder Judiciário acabou!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não poderia deixar de usar esta tribuna hoje, para falar de um congresso que participamos, um congresso mundial de endoscopia conduzido por um dos maiores professores formados na Universidade Federal do Paraná, hoje ele é Chefe da USP, Paulo Sakai, no qual conhecemos muitos aparelhos novos, como foi modificado, como fazemos um tratamento de um paciente hoje com uma grande facilidade através só de catéteres, através de furos. Operamos tantos tumores, quanta coisa atualizada aprendemos com professores da Alemanha, da China, do Japão, dos Estados Unidos. É muito importante quando você apresenta muitas patologias que levam as pessoas tão jovens para outra vida. E a orientação maior quando ouvimos o professor americano preocupadíssimo, com o índice de câncer e fígados gordurosos que está acontecendo com o povo americano. Trinta por cento da população americana com degeneração gordurosa, cirrose hepática e câncer de fígado devido a uma alimentação errônea, rica em frituras e gorduras. E quantas úlceras, quantos cânceres de refluxo de esôfago.

Foi transmitido para 26 Países ao vivo as cirurgias feitas nos Estados Unidos, na Itália, no Japão, na Índia. Essas cirurgias, estávamos aprendendo como realmente salvar vidas. E aparelhagem de última geração, aparelhagem de ponta. Não poderia deixar de vir aqui falar desse grande congresso de endoscopia, congresso mundial. E a seguir teve o Gastrão (sic) professores do mundo inteiro.

Estava presente nesse Gastrão (sic) um dos maiores professores que nós conhecemos aqui de Curitiba, o professor Dr. Osvaldo apresentando um trabalho que os curitibanos são capazes de fazer, que aqui em Curitiba existem médicos de uma capacidade muito grande

fazendo Medicina de ponta, que se faz no mundo inteiro, se faz também aqui na Capital paranaense.

Muito obrigado ao professor Dr. Osvaldo, foi o primeiro Gastrão (sic) sem a presença de um dos maiores professores de 636 trabalhos em revistas, 36 livros para o Mundo e para o País, 136 livros internacionais, foi o primeiro Gastrão (sic) sem o professor Henrique Walter Pinoti. Tive a satisfação de ser seu aluno, fazer curso com ele por 27 anos consecutivos.

Em falar em perder um grande médico, um grande professor, Maringá perdeu um Prefeito, que foi Prefeito por 10 anos em Maringá, o grande Dr. Said Felício Ferreira, era um MDB velho de guerra. O pessoal do MDB está de luto, porque foi um grande Prefeito. Tive a satisfação de ganhar uma eleição para Vereador e fazer um trabalho junto com aquele grande Prefeito Said Ferreira. O trabalho foi tão bom com a ajuda do Said, que eu consegui ser reeleito em Maringá como Vereador, o Vereador mais votado da história de Maringá. Fiz quatro vezes a primeira votação, porque era um Prefeito que fazia um trabalho sério e destinado ao menos favorecido pela sorte e como nós trabalhamos na Pastoral da Saúde, fizemos um trabalho junto com aquelas senhoras da Igreja, que estão muito felizes após a minha volta do Congresso Mundial, porque estou um pouco mais capacitado para que possamos ajudar a salvar vidas. Quero desejar o meu voto de pesar em meu nome e em nome de todos os Deputados de Maringá e em nome de todos os Deputados do MDB velho de guerra à família do saudoso Prefeito Said Felício Ferreira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito o Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também me levanto nesta oportunidade, a exemplo do Deputado Dr. Batista, para ressaltar e manifestar o nosso voto de profundo pesar à família do nosso ex-Prefeito de Maringá, Said Felício Ferreira.

Fizemos a aprovação hoje, desse voto de pesar, um homem que administrou Maringá, por 10 anos, que também exerceu o mandato de Deputado Federal e que representou muito na política de Maringá e na política de nosso Estado.

Todos sabemos a contribuição, as edificações que Maringá ganhou. Podemos lembrar de obras como o aeroporto, o teatro, a nova rodoviária, o novo centro, saneamento básico, a construção de milhares de casas, em Maringá, nessas gestões que foram feitas por Said Ferreira.

Então manifesto aqui, como Deputado pessoalmente como alguém que gozava da sua amizade, que por

vezes tive a oportunidade de debater com ele as questões de Maringá, falando do que aconteceu no passado de Maringá, no presente. Falávamos, Dr. Batista, muitas vezes a respeito do futuro de Maringá, do que queremos para a nossa Cidade Canção. O que queremos desenvolver de políticas públicas.

Portanto faço essa referência por ser alguém que merece o nosso respeito, como maringaense, a esse homem público, que como médico, a exemplo do próprio Dr. Batista que faz muito pela Região Metropolitana de Maringá.

Levanto-me hoje também para tratar de um assunto muito importante, foi apresentado há alguns anos um projeto de lei, pelo Deputado Pastor Edson. Foi aprovado por esta Casa, um projeto de lei embasado na Constituição Federal que reconhecia a isenção de imunidade constitucional tributária aos templos religiosos. Essa lei foi aprovada e, depois, foi vetada pelo Governador. Depois foi objeto de ser derrubado esse veto, a lei foi promulgada por esta Casa, mas depois foi objeto de questionamento pelo Governo do Estado de São Paulo, que dava isenção aos templos religiosos do Paraná.

Pois bem, o Supremo disse que a lei é constitucional, essa lei está valendo. Já fizemos Audiência Pública, convocamos os dirigentes da Igreja Evangélica, da Igreja Católica. Debates em Audiência Pública esse importante tema, que é um direito dos templos religiosos, das Igrejas que tanto têm prestado ao Estado do Paraná serviços muitas vezes até substituindo o Estado em certas circunstâncias. Com base nesse mesmo fundamento, o artigo 150 da Constituição Federal e inciso VI alínea “c”, ela também nos demonstrou a possibilidade e uma imunidade que dependia de uma espécie de regulamentação, uma lei própria, uma lei especial para beneficiar um direito já pré-existente de ordem constitucional. A quem? Ora, se as Igrejas, os templos religiosos têm tal imunidade, tal isenção. Será que só eles? Um estudo aprofundado a respeito dessa matéria constitucional e chegamos à conclusão da grande possibilidade de também contemplar outras entidades e instituições que têm beneficiado efetivamente por muitos serviços no Estado do Paraná.

Sabemos que o Estado precisa de reorganizações, precisa de organizações, e nesse mesmo fundamento apresentamos e tive a oportunidade de ser signatário e autor de um projeto com base na própria Constituição Federal, para também estender e contemplar os sindicatos de trabalhadores do Estado do Paraná e as associações que tenham a declaração de utilidade pública, para que sejam isentas da cobrança do ICMS, um tributo estadual que vem onerado na conta do telefone, na conta do gás, na conta da energia elétrica, na conta da água.

Isso vem beneficiar segmentos importantíssimos, segmentos que têm reorganizado e contribuído para a sociedade.

Quero aproveitar a oportunidade para dar essa notícia, que já teve o apoio de todos os Deputados, e esse projeto seguiu para o parecer da CCJ. Aguardare-

mos esse projeto em futuro próximo em Plenário, para aprovar sem dúvida nenhuma.

Vamos lutar em defesa dos sindicatos, como a APAE, por exemplo, que é de utilidade pública e que deverá ser beneficiada com a isenção de ICMS nas contas de água, luz, telefone e gás.

Quero dizer mais, precisamos levantar a oportunidade de fazer um trabalho relacionado a todas as entidades com Audiências Públicas pelo Estado do Paraná. O que não será diferente aqui na Assembleia Legislativa, onde poderemos, em conjunto, debater essas questões.

Estarei, Presidente, fazendo um encaminhamento aos sindicatos e às associações de utilidade pública, para que possamos fazer valer aqui no Estado aquilo que já está previsto na Constituição, dando a grande oportunidade dessa isenção que já é contemplada por uma imunidade que está prevista na Constituição. Mas alguém poderia falar: “Não há uma perda na questão tributária? Não há um afastamento de cobranças desse tributo chamado ICMS?”

Temos que entender que todo tributo que nós paranaenses, ou nós brasileiros pagamos, esses tributos são do imposto e normalmente não é vinculado, ele é recebido pelo Estado para voltar em forma de obras, prestação de serviços.

Pois bem, se essas entidades como sindicatos como associações de utilidade pública, declarados por esta Casa e sancionados pelo Governador, estão prestando esse serviço em substituição dessa natureza pelo Estado, é evidente que estamos contemplando a quem de direito.

Portanto, para finalizar, esse é um projeto de bastante alcance social, que vai beneficiar milhares de pessoas no Estado, não diretamente a essas entidades, a essas instituições, aos sindicatos e às associações de direito privado, mas com benefício público vamos beneficiar diretamente as pessoas.

Portanto, fica esse registro dessa oportunidade, para que todos os paranaenses saibam que esta Casa tem trabalhado em benefício de milhares e de milhões de cidadãos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Subo a esta tribuna para fazer um comunicado à Casa e à sociedade paranaense. Como todos sabem, tenho debatido nos últimos dias para poder discutir e encontrar uma solução que leve à conclusão da nova Arena, para que Curitiba possa receber a Copa de 2014.

Cada vez que falo isso, de forma apaixonada as torcidas de outros times de futebol, que não dos atletica-

nos, têm as maiores manifestações. Por isso, Sr. Presidente, gostaria que os paranaenses, sejam atleticanos, coxas-brancas, paranistas ou de outros clubes, pudessem ver que a nossa autofagia pode nos levar à destruição. Isso porque enquanto estamos aqui debatendo e discutindo uma alternativa para concluir a Arena da Baixada para que possamos receber os R\$ 7 bilhões em investimentos públicos e privados nos próximos quatro anos, enquanto estamos aqui em um debate que, muitas vezes, leva à uma visão extremamente obtusa, para não dizer outra coisa, enquanto nós paranaenses estamos aqui neste processo autofágico, em Santa Catarina é diferente, porque lá o Avaí e o Figueirense se uniram e foram fazer uma parceria com a Eletrosul, que é uma sociedade de economia mista, como é a nossa COPEL, e a Eletrosul vai patrocinar o Avaí e o Figueirense para que esses times possam fazer as reformas dos seus estádios, porque os times sediados em Florianópolis querem transformar Florianópolis em uma Cidade base para receber as seleções que vão jogar aqui em Curitiba e em Porto Alegre. E enquanto isso estamos aqui em um debate absolutamente despropositado, quando sabemos que ou os paranaenses se unem ou vamos perder o evento Copa do Mundo.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

No Brasil foram escolhidas 12 subsedes e muito provavelmente três não conseguirão preencher os requisitos da FIFA, e são necessárias no mínimo oito Cidades para poder sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014. Mas chamo a atenção de que enquanto estamos aqui falando como fazer a viabilização da construção da nova Arena, alguns ficam aqui, muitas vezes, repetindo o mantra de que não se pode investir dinheiro público em bem privado, em bem particular, como se não estivéssemos falando em investimentos na área da propaganda e da publicidade, ou seja, ao invés de gastar páginas e páginas em jornais com anúncios inúteis ou de promover parcerias culturais para promover exposições em museus, de valor questionável do ponto de vista cultural, nós deixamos de ter aquilo que é essencial e fundamental, que é gerar emprego, para fazer um aporte cultural à Cidade de Curitiba e ao Estado do Paraná.

A par disso, estão lá os catarinenses, unidos com uma empresa pública do Governo Federal, que é a Eletrosul, como é a Eletrobras, que patrocina o Vasco da Gama no Rio de Janeiro. E aqui, quando se fala em buscar uma equação que viabilize a construção do estádio de futebol que vai sediar o evento...porque não adianta, e às vezes parece que as pessoas esquecem que já temos R\$ 450 milhões de investimentos públicos que já estão anunciados, os projetos já estão em andamento, a Assembleia Legislativa já votou inclusive um empréstimo de R\$ 229 milhões para que o Governo do Estado possa fazer investimentos nas vias urbanas e na infraestrutura da Cidade de Curitiba, para adequar justamente o entorno do estádio

da Arena e da avenida das Torres. E enquanto estamos aqui já com R\$ 450 milhões, que é dinheiro, Deputado Welter, do PAC da Copa, dinheiro esse que na verdade é financiamento, é um dinheiro oneroso, mas é um investimento para a Cidade, um investimento do ponto de vista da mudança daquilo que nós sabemos que é necessário numa Cidade que daqui a 40 anos vai dobrar a população.

Enquanto estamos aqui num debate absolutamente despropositado, os catarinenses estão lá, foram buscar parceria com a Eletrosul, fizeram um protocolo de intenções e vão fazer com que a Eletrosul faça um investimento financeiro para viabilizar a infraestrutura esportiva para que esses dois clubes de futebol, o Avaí e o Figueirense, a participação será a melhoria no centro de treinamentos, de fisioterapia, adaptações nos alojamentos e até mesmo a compra de equipamentos para os setores médicos. Ou seja, enquanto há uma grande mobilização de uma Cidade que foi excluída, Florianópolis foi excluída de ser subsede, a Eletrosul se mobiliza para fazer o financiamento. Financiamento que eu digo para fazer um aporte. Como a Eletrosul vai fazer? Através de publicidade, o retorno que esses times de futebol darão à Eletrosul é através da propaganda.

Não se esqueçam, a Eletrosul é nossa parceira, inclusive com ela estamos construindo a Usina Hidrelétrica de Mauá, ela é sócia da COPEL. E ao mesmo tempo aqui estamos, Deputado Ademir Bier, numa discussão completamente inócua, como se não tivéssemos assumido a responsabilidade, como se o Governador Pessuti, como Vice-Governador, que foi nomeado pelo Governador Requião para responder pelo Estado, como se o ex-Prefeito Beto Richa e o Prefeito Luciano Ducci não tivessem assinado o compromisso junto com a diretoria do Atlético de construir o novo estádio e dotar a Cidade da infraestrutura necessária. Por isso, Presidente, quero dizer que comunico isto a esta Casa para que possamos abrir a cabeça de alguns, não aqui dentro, porque penso que aqui a grande maioria tem uma visão do interesse público, e sabemos que trazer o evento para Curitiba é interesse público, mas que as pessoas de bem, as pessoas que de fato têm uma visão em relação à geração de emprego, aos investimentos, possam se mobilizar. E daí, no próximo dia 13, realizaremos aqui na Assembleia Legislativa, junto com o nosso Deputado Artagão Júnior, para que possamos realizar a Audiência Pública ainda neste período desta Sessão Legislativa. Porque, Presidente, temos que encontrar uma solução. O Secretário da Fazenda, Heron Arzua, com os técnicos da Secretaria da Fazenda, está debruçado naquela proposta que também formulei de poder, dentro do benefício fiscal concedido às montadoras de automóveis, a Renault e a Audi Volkswagen, criar um incentivo fiscal para se fazer também um aporte que viabilize a construção da nova Arena. E é muito importante, Sr. Presidente, no dia da Audiência Pública, trazer aqui o arquiteto Carlos Arcus, que trabalhou no novo projeto da nova Arena. As pessoas têm que tomar conhecimento do que está acontecendo, porque é

muito importante para a Cidade de Curitiba e para o Paraná ter um grande centro de eventos. Não há mais centros de eventos aqui. Da mesma forma estaremos abrindo caminho para também poder realizar investimentos que apoiem o Curitiba Foot Ball Club, o Paraná, que possam eles também reformar e modernizar os seus estádios. Além de poderem apoiar as categorias de base do nosso futebol.

Agora o Governador Serra, hoje ex-Governador, aprovou em São Paulo uma lei de incentivo ao esporte, com vista para criar incentivo fiscal com base no ICMS à formação de atletas com vistas às Olimpíadas de 2016. Temos tantas iniciativas. Lá em Nova Esperança o Silvo Chaves, empresário, criou uma escola de futebol e tem apoios importantes. De quem? Do setor privado. Temos que ter a capacidade de criar, com inteligência, os mecanismos que possibilitem a formação dos atletas, e mais do que tudo, incentive o esporte. Porque sabemos o quanto é importante o jovem ter uma oportunidade. E o futebol, indiscutivelmente, é dos esportes mais democráticos, até porque para participar dele basta vontade, muito esforço e talento.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Agradeço o aparte.

Quero inserir neste debate a importância do esporte. veja, quem pratica esporte naturalmente não usa droga e nem tampouco é alcoólatra. É um cidadão saudável. O esporte educa, socializa, faz a inclusão social. E o esporte também faz com que diminuam as filas nos postos de saúde. Se notarmos hoje, um dos problemas da Saúde Pública é a depressão. O que temos que fazer? Colocar academias, professores, educadores na prática dos esportes, abrindo vagas para basquete, para vôlei, para peteca, para futebol, para qualquer esporte. Mas o que acontece? O Poder Público Nacional investe menos de 1% do seu orçamento em esporte. O Poder Público Estadual nem se fala. E o Poder Municipal também gasta menos de 1%. Está errado isso! Temos que investir mais em esporte! E deveríamos conclamar mais a iniciativa privada para que se associe ao Poder Público, colocando parte da sua lucratividade para fomentar o setor do esporte. Temos que fomentar porque temos aí as Olimpíadas. Estamos com um País em crescimento, mas precisamos ganhar em Educação, em esporte. Enfim, investimentos naquilo que o nosso cidadão está esperando, está pedindo.

Por isso, saúdo pelo seu pronunciamento, Deputado Romanelli.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin!

Quero conclamar uma participação maiúscula dos Deputados e Deputadas desta Casa neste debate. Temos que votar o projeto que apresentei aqui, autorizando a

parceria público-privada, para que a COPEL possa apoiar a construção e, ao mesmo tempo; que possamos cessar o debate autofágico, porque lá em Santa Catarina, em Florianópolis, o Avaí e o Figueirense fizeram um acordo com a ELETROSUL única e exclusivamente para poderem ser Cidade-base de seleções que vão jogar aqui ou em Porto Alegre. E aqui estamos numa discussão estéril.

Então, no próximo dia 13, terça-feira, às 10h da manhã, Audiência Pública para debater o tema, porque penso que é um tema de interesse público. Afinal de contas, não vou ser acusado nunca na minha vida de ser omisso. Tenho certeza que quem for omisso e se a omissão nos levar a perder a Copa de 2014, o povo paranaense não vai perdoar aquele que for omisso.

É isso. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho aqui porque para mim é uma questão de muita honra e satisfação poder falar que a nossa juventude, a nossa sociedade nunca teve tanto investimento para o ensino superior e o ensino profissionalizante. Tenho o privilégio de morar no Oeste do Paraná, numa região colonizada há 57 anos. Os Municípios completaram no mês de dezembro, no dia 14 de dezembro, seus 57 anos de emancipação, tanto Toledo, como Cascavel e outros Municípios da região. Tive o privilégio, junto com o Deputado Duílio que estava presente também, na última sexta-feira, de inaugurar o primeiro bloco, o bloco A da Universidade Tecnológica Federal do Paraná naquele Município de Toledo. Lá serão construídos mais oito blocos que, de forma gradativa, vai sendo implementada, aperfeiçoada e aumentado o número de vagas de estudantes do ensino superior. A previsão é de que, tão logo concluído, vamos ter lá pelo menos 5 mil estudantes.

Uma universidade extraordinária que é centenária aqui no Paraná e, agora, tem um *campus* lá em ampla fase de começo e consolidação, tem todo um projeto de acordo com os recursos já previstos no Ministério da Educação. Para nós é motivo de muita satisfação. Os investimentos são extraordinários, com vários cursos já implementados. Agora, vão começar os cursos da área das Engenharias e outros cursos que serão implementados no decorrer deste ano, do ano que vem e dos próximos anos. É uma ação muito forte, o Governo Federal tem ampliado o ensino superior e o ensino profissionalizante como nunca, não só aqui no Estado do Paraná como também em todos os entes federados, correndo atrás do descaso que tinha, principalmente no ensino médio profissionalizante e ampliação de vagas do ensino superior e construção de novas universidades. Estamos muito feli-

zes, é uma ação muito forte e muito importante para toda Região Oeste do Paraná.

Outra ação importantíssima, que deu início no mesmo dia, tão logo o Presidente da República, há uns dois anos, votou a Lei dos Consórcios, Deputado Ademir Bier, V. Exa. que também é daquela região, eu já falava, na época, que criaria condições para que os entes federados pudessem em parceria lutar para construir e viabilizar projetos estratégicos nas áreas fundamentais. E foi assinado, já foi entregue, a questão inicial, num projeto para construção de um hospital regional para atender a 20ª Regional de Saúde e será gerido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná.

É uma nova forma de gestão para trabalhar a questão da Saúde Pública envolvendo os entes federados, responsabilizando Prefeitos e Prefeitas do ponto de vista na articulação com o Ministério da Saúde, haja vista que já existe a questão dos programas da saúde plena, da semi-plena, em que os recursos são repassados diretamente para os entes federados, ou seja, diretamente para Municípios. É uma proposta inovadora. Talvez, será a primeira a ser consolidada no País, já foi bem aceita essa proposta, os Prefeitos concordaram e as obras do Hospital Regional do Oeste vão começar na Cidade de Toledo nesse segundo semestre, certamente.

O total de investimentos será de R\$ 18 milhões. Isso tudo vai ser executado em parceria com o consórcio e com o Ministério da Saúde, ação muito importante que vai atender o interesse regional, certamente vai demorar para ser consolidado, mas é previsto parecer de alta, de fato, complexidade, em um médio prazo. E vamos evitar, certamente, muitos pacientes que vêm do Oeste do Paraná para se tratarem em Curitiba, nos grandes centros, o Estado vai economizar com essa ação.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Outra ação muito importante para nós, acredito que essa deva ser uma ação que a Secretaria, que o próximo Governo, na minha visão, ou ainda o Governo Pesutti deveria orientar para que isso ocorra nas cadeias públicas dos presídios municipais. Inauguramos, esta Casa teve participação, porque mediamos, tanto eu, como o Deputado Duílio Genari, que também é da Cidade de Toledo, para que a Secretaria da Segurança autorizasse a construção de um barracão junto à cadeia pública, para que houvesse uma parceria com a iniciativa privada, para que os presos pudessem trabalhar naquele barracão. Esse barracão foi entregue na última quinta-feira, na Cidade de Toledo, foram investidos R\$ 230 mil. Cem mil foram por parte do Poder Público local, o Estado autorizou efetivar esse projeto, não tem outro no Paraná, de acordo com informações recebidas extraoficialmente, merece ser, na minha visão, ajustado, copiada essa forma, porque os presos condenados poderão trabalhar e receber até 75% do

salário e cada três dias trabalhados terão um dia diminuído das suas penas.

Uma medida muito importante que vai ajudar, inclusive, a amenizar o problema da superlotação das cadeias, principalmente no período diurno que esses presos poderão trabalhar.

Existe uma parceria com a Indústria de Bolas Kagiva, que vai treinar, capacitar esses trabalhadores, presidiários condenados, que vão poder trabalhar, pelo menos em torno de 40 trabalhadores e vão ser remunerados por isso, vão diminuir a pena e vão conseguir trabalhar o princípio da ressocialização desses presos. Então, é uma ação que, na minha visão, deveria ser encampada e estimulada pela Secretaria da Segurança Pública.

Quero parabenizar, só foi efetivado por causa da insistência e da boa articulação do Conselho da Comunidade do Município de Toledo, encabeçado pelo Ramasses, que é Presidente do Conselho da nossa Cidade, se articulou com os clubes de serviço, viabilizaram recursos próprios, construíram, o barracão, viabilizaram a parceria com a indústria de bolas, e vai amenizar o problema do presídio e da cadeia pública da nossa Cidade.

É um exemplo a ser seguido. Seria salutar que os Conselhos das Comunidades que já existem junto aos Municípios que se articulem com a questão da Segurança Pública com os Conselhos de Segurança, se articulem com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, pedindo autorização para que possamos construir juntos as cadeias públicas, esses barracões industriais, para que possa ser diminuído o tempo de pena dos presos já condenados, que eles possam aprender um ofício junto à cadeia pública e, quando forem soltos possam estar empregados no mercado de trabalho. É uma medida histórica, única no Estado do Paraná, e ela só foi possível porque a comunidade da Cidade de Toledo, o Conselho da Comunidade, se articulou com o Poder Público Estadual, Municipal, com a comunidade organizada, clubes de serviço, empresários da Cidade, e agora é uma realidade. Exemplo a ser seguido.

Temos feito muitas coisas nesse sentido naquela região, naquela Cidade. É uma Cidade que se organiza, que se articula, se mobiliza, que soma as forças políticas, independentemente da tendência ideológica. Estamos convencidos que no futuro, o momento exige que cada vez mais a sociedade seja parceira, corresponsável para amenizar os problemas das políticas públicas, sejam de segurança, de Saúde ou de Educação pública.

Falo desses três assuntos que são uma relevância absoluta, no sentido da universidade, na questão da Educação, com a ampliação das vagas do ensino superior. Na área da Segurança Pública, uma medida clara deveria ser dirigida para todas as cadeias públicas, orientando e estipulando a comunidade organizada a celebrar esse tipo de parceria. A outra medida é com relação à Saúde Pública, onde certamente, de acordo com a vontade política de 18 Prefeitos e de toda a

comunidade política regional, vinculada a 20ª Regional de Saúde - a liberação do recurso já está autorizada - teremos um hospital regional que vai ser gerido por consórcio. Quando foi votada a Lei dos Consórcios Públicos ela já dava a orientação que os entes federados, os entes locais, os Prefeitos, as Prefeitas, passassem a assumir mais responsabilidades. E a União, o Governo Federal, que é a grande mãe, poderá repassar os recursos diretos, inclusive para pagamento de pessoal.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB; PDT; Bloco PPS/PMN; Democratas.

(Declinam)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria destacar inicialmente na minha fala que hoje vamos votar, em 2ª discussão, um projeto de minha autoria, que declara de utilidade pública a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Tenho alegria em declarar esse projeto, pela relação construída ao longo de anos com a Associação dos Caminhoneiros, que é um símbolo de Ponta Grossa, uma Cidade que é encontro de caminhos, um dos maiores entroncamentos rodoferroviários do Sul do Brasil. A categoria dos caminhoneiros é muito forte historicamente e muito pujante.

Quando fui Prefeito estabeleci uma relação com essa entidade e fizemos uma doação de um terreno no bairro do Borato. Hoje, a associação é uma realidade bem avançada. Foram construídas várias obras no terreno. Recentemente, alguns Deputados Federais foram agraciados com premiação pela associação.

Fico muito feliz desse projeto estar sendo aprovado hoje. Desejo boa sorte ao excelente trabalho da Associação dos Caminhoneiros de Ponta Grossa, na nossa região dos Campos Gerais.

Gostaria de fazer um apelo, Sr. Presidente, porque apresentei um projeto que está tramitando há bastante tempo nesta Casa, que altera a composição do Conselho Estadual de Educação, que estabelece representação dos estudantes, tanto dos secundaristas como dos universitários, das duas entidades representativas: a UPE - União Paranaense de Estudantes e a UPES - União Paranaense de Estudantes e a UPES - União Paranaense de Estudantes Secundaristas. É um pleito muito antigo desses estudantes.

Eu, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembleia, tenho uma relação muito forte com essa entidade e apresentei esse projeto. Acredito que na semana que vem ou no máximo na próxima vou conversar com o Deputado Caíto e estaremos votando. Várias entidades me ligaram. Será um avanço da democratização do Conselho Estadual de Educação, que é o órgão máximo da representação das questões relativas à Educação no Estado do Paraná.

Mas, o que me faz subir á tribuna no dia de hoje é um assunto relacionado aos professores da VIZIVALI. Já subi tantas vezes nesta tribuna, é uma luta de quase três anos nesta Casa a favor desses professores. Infelizmente, não conseguimos ainda o nosso objetivo. Estávamos todos confiantes, porque no final do ano passado, anunciado pelo próprio Governador Roberto Requião, pelo seu Secretário e pelo Reitor do Instituto Federal do Paraná, foi anunciada uma solução para essa grave questão, Através do Instituto que faria uma complementação para esses alunos de 400, 500 horas e conferiria o diploma de Pedagogia Plena. Infelizmente, aconteceram algumas contradições no processo e hoje estamos aguardando ansiosos o parecer do Conselho Nacional de Educação sobre a carga horária necessária e sobre a questão do método do ensino à distância utilizado pelo Instituto Federal do Paraná. Essa posição do Conselho já era para ter saído no mês de junho e infelizmente não aconteceu. Os professores começaram a entrar numa situação muito séria. Todos estavam esperançosos de que a solução estava próxima, e como não aconteceu os professores se reuniram em uma grande assembleia em Dois Vizinhos, temos a informação de que foi uma grande reunião, com milhares de professores, e o clima estava de radicalização nesse movimento. Eles me encaminharam um documento que passo a ler nesta tribuna:

(Lê):

SOLICITAÇÃO DE ENCANINHAMENTO PRÁTICO E DEFINITIVO QUANTO AO PROGRAMA ESPECIAL DE CAPACITAÇÃO PARA A DOCÊNCIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO ESTADO DO PARANÁ

Do Objeto

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96 -fixou-se como meta a capacitação dos docentes, especialmente os que atuavam na educação infantil. De modo a cumprir esse objetivo, instituiu-se a década da educação - 1997-2007 - durante a qual se objetivava dotar de formação adequada os quadros docentes, razão pela qual ainda em 2002, por meio da Deliberação nº 4, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, instituiu o Programa Especial de Capacitação para a Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

Programa que foi desenvolvido pela VIZIVALI e parceria como IESDE Brasil S/A, e com a UNDIME -

União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, sob a anuência do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que autorizou a implementação do Programa com o Parecer nº 1182/02 de 04 de dezembro de 2002 e o prorrogou pelo Parecer nº 634/04 de 01 de dezembro de 2004.

Base legal que motivou 35 mil docentes de quase todos os Municípios do Estado do Paraná a participarem do referido programa, contestado em 11 de abril de 2007, pelo Parecer nº 193/07, do próprio Conselho Estadual de Educação quanto a sua legalidade, mais tarde negada pelo Conselho Nacional de Educação, pelo Parecer nº 139/07, que afirma não ser competência dos Conselhos Estaduais de Educação a autorização de cursos e Programas de Ensino à Distância, mas sim da União.

Do Problema

Muitos foram os encaminhamentos dados ao referido programa, no intento da construção de uma saída madura e coerente ao impasse estabelecido, quer de âmbito técnico - parceria com o Instituto Tecnológico Federal do Paraná, jurídico - inúmeras ações e criação de lei específica na Assembleia Legislativa do Paraná, político - Audiências Públicas e atos públicos - ou administrativo - longas e inúmeras pautas de trabalhos com membros do Conselho Estadual, Nacional, Secretarias e Ministério da Educação. No entanto, o que se tem contemplado é um cenário de mandos e desmandos e constantes contradições levam 35 mil pessoas de boa-fé, profissionais da Educação no Estado do Paraná, a ficarem a mercê de indecisões e má vontade técnica e política da parte dos seus representantes legais, o que justifica a solicitação oficial de um encaminhamento final a situação tão vexatória e vergonhosa que paira sobre a Educação no Estado do Paraná.

Da Solicitação

Assim, a Comissão dos Alunos do Programa Especial de Capacitação para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil do Estado do Paraná, vem oficialmente solicitar, que no prazo máximo de 15 dias, um encaminhamento prático e definitivo quanto ao reconhecimento dos diplomas dos alunos que cursaram o referido programa.

Queria manifestar minha integral solidariedade a esses professores. Trinta e cinco mil professores, repeti mais de centenas de vezes e vou falar agora, que fizeram o curso durante mais de dois anos, pagaram R\$ 4 mil, saíram de suas casas, se sacrificaram, desses 35 mil, mais de 15 mil já foram aprovados em concursos públicos em mais de 300 Municípios do Estado, se relacionando com milhares e milhares de crianças, e agora no mês de agosto ficam a mercê com a possibilidade de demissão por parte dos Prefeitos, que Temem suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado por esses professores contratados pelos Municípios não terem acesso ao seu diploma, registro do diploma.

Por isso a nossa solidariedade total e esta Assembleia Legislativa pode falar de cabeça erguida, tanto eu como qualquer Deputado que está presente, Deputado Rafael Greca, porque todos nós aprovamos por unanimidade o projeto de lei de minha autoria, com uma emenda do Deputado Caíto, derrubamos o veto do Governador Requião, depois infelizmente ao Governo entrou com uma ADIN, mas fizemos moção de apelo assinado ao Presidente Lula, ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, ao Governador do Estado, Secretário de Ciência e Tecnologia, Secretário da Educação, temos a consciência tranquila e precisamos mais uma vez nos solidarizarmos com esses professores. O movimento está num momento radical.

Conversava com uma das maiores lideranças desse movimento, professora Eunice, e ela me disse pessoalmente que está disposta a entrar em greve de fome, em frente ao Palácio do Governo, como símbolo do Paraná, o nosso Governador é a favor, mas depende hoje do Ministério da Educação, no entanto o Palácio, pela simbologia que carrega, ali a Eunice vai entrar em greve de fome daqui a 15 dias, se a solução não for uma solução definitiva.

Então, nós subimos novamente a esta tribuna para fazer um apelo ao Ministro da Educação, ao Presidente da República e a todos os órgãos constituídos para que unamos força para acharmos uma solução definitiva para este grave problema.

Ao mesmo tempo estou promovendo audiência com o Secretário de Ciência e Tecnologia, o Nildo, que tem uma posição favorável a diplomação dos alunos, ele como advogado tem vários pleitos já na Justiça com relação a legalização dos diplomas, também o Governador Pessuti estamos conversando com o Senador Osmar Dias, Deputado Federal Ângelo Vanhoni, demais Deputados, para uma audiência imediata com o Ministro da Educação Fernando Haddad.

Essa audiência tinha sido marcada com o Ministro há 15 dias atrás, foi cancelada, esperamos que brevemente possamos conversar novamente com o Ministro e encontrarmos uma solução definitiva para este grave problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Contando com a boa vontade do ilustre Presidente Justus para fazer um apelo ao Governador Pessuti para pagar os pensionistas do Paraná que tem precatória.

Estamos aqui na tribuna com a D. Isaura Romero Cadalli, seu marido professor Nelson Cadalli, falecido em 1988, ela ficou três anos recebendo apenas 60% da pensão que tinha direito e outros 40% ficaram lá três anos sem ser pago.

Então, com a boa vontade de V. Exa., fazer um apelo ao Governador Pessuti para não judiar das viúvas e pagar o precatório que Dona Isaura tem direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, paranaenses que me ouvem pela TV SINAL.

Hoje gostaria de abordar um tema que preocupa a sociedade paranaense e brasileira como um todo: o domínio crescente do império do mal através do tráfico de drogas sobre a nossa sociedade.

Estatística recente mostra que foram quase 1 mil os mortos na Região Metropolitana de Curitiba por guerra entre quadrilhas de tráfico. Não se passa um dia sem que exista alguma notícia aziaga de alguém que perde sua vida na guerra entre quadrilhas.

O ex-Secretário da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, Secretário do Governador Requião, numa das últimas Escolas de Governo das quais participou, falou em 2 milhões de pedras de crack apreendidas pela nossa Polícia num único ano, no caso o ano de 2009. Não se fará uma civilização nem uma sociedade em cima de pedras de crack.

Alertem-se as mães e os pais, cuidem do que é seu! Nem correlato do mandamento da Lei de Deus que manda honrar pai e mãe, pai e mãe também devem honrar os seus filhos. Calçada e asfalto não fazem filhos, portanto não deve haver meninos de rua! Há os filhos da mulher e do homem que precisam ser protegidos, acarinados, acolhidos, há os filhos da mulher e do homem que precisam ser educados, precisam ter o apoio da escola, o apoio da Igreja, o apoio do Evangelho, da religião para avançar no sentido de superar os perigos do tempo da mocidade.

No último sábado fui à cerimônia de 30 anos de ordenação sacerdotal do meu padrinho de casamento, Monsenhor Aleixo de Souza, Cônego da catedral de São José dos Pinhais. O Monsenhor foi ordenado pelo Papa João Paulo II há 30 anos passados, numa grande cerimônia no Estádio do Maracanã. Aliás, há 30 anos passados hoje este Centro Cívico e o campo do glorioso Curitiba viviam momentos de indizível beleza com a presença entre nós do Papa João Paulo II. O mundo cantava, na época: *A benção João de Deus, o nosso povo te abraça*. Pois bem, nessa missa que foi dos 30 anos do Padre, meu amigo, conheci um jovem chamado José Carlos Amora, ex-dependente químico que montou uma obra de educação social chamada Comunidade Fonte da Misericórdia. O José Carlos tornou-se um missionário para dizer a outros moços e moças que não entrem nessa roubada da droga. Ele montou uma casa em Rio Branco do Sul, que já apoia 30 dependentes químicos numa chácara. Montou uma casa em São José dos Pinhais, que abriga outros 15 dependentes químicos, mas o mais sensacional é que ele montou, com o apoio das Óticas Diniz, no centro de Curitiba,

do lado da catedral, uma casa de acolhida aonde há palestras voltadas sobremaneira para pais e mães, avós e avós, tios, sobrinhos, filhos de dependentes químicos, para ensinar às pessoas como lidar com o drama da droga. O roubo da televisão é um começo, depois do liquidificador, depois chega o processo da violência e aos poucos a família vai indo numa derrocada de infelicidade.

Eu sou animado pela fé, acredito na Fonte da Divina Misericórdia, quero falar aqui na TV SINAL dessas reuniões de quinta-feira à noite, do lado da Ótica Diniz, na praça Tiradentes, entre 8 e 10h da noite, quero falar desses empresários solidários que abriram sua loja e o seu imóvel para, ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Luz, criar um ponto de socorro e de apoio para as famílias dos dependentes químicos e do álcool. Quero citar o bom exemplo para que outras Cidades do Brasil e do nosso Paraná façam isso, porque essa é uma luta de todos nós.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Também gostaria de parabenizar esses empresários, essas empresas. Já fizemos aqui um discurso na Assembleia Legislativa e espero que não fique apenas no discurso. Acho que o Governo, o Estado precisa se responsabilizar também, porque estamos passando por um momento muito difícil no Estado do Paraná, no Brasil, com relação à proliferação do crack, principalmente nas pequenas Cidades, nas Cidades do interior. Isso está proliferando, na verdade é como se fosse um câncer, está destruindo a nossa sociedade, destruindo as famílias. O que precisamos fazer? Acredito que o Estado precisa também ter a responsabilidade e assumir, ter o compromisso, talvez pensando na questão da criação de clínicas de recuperação públicas, porque hoje temos apenas as clínicas privadas.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Como essa chácara em Rio Branco do Sul, mantida com dificuldade pela Igreja Católica; outra em Ponta Grossa, da Copiosa Redenção do Padre Elton; outra em São José dos Pinhais, também da Fonte da Misericórdia. Mas acho que V. Exa. tem razão, na política pública de Saúde tem que haver um movimento de acolhida para as vítimas do crack.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Porque é o seguinte: o que estamos vendo é que crianças de 12, 13, 14 anos estão se transformando em traficantes por causa dessa maldita briga que é o crack.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu tenho uma opinião, a impunibilidade dos menores, sobretudo a vedação do trabalho dos menores quando era um trabalho feito no contraturno escolar dos menores, maiores de 14 ou 15 anos, ela de uma forma contribui para esse uso dos jovens como mulas

de tráfico de drogas. Mas não se trata de culpar as vítimas pelos que sofrem. Trata-se de obrigar a sociedade a trabalhar como um todo, fazendo o que fez esse Zeca, José Carlos Amora, que teve a coragem de abrir uma comunidade para dependentes químicos, ou que fez esse empresário das Óticas Diniz, de abrir a sua casa na praça Tiradentes, do lado da Catedral, todas as quintas-feiras, das 8 às 22 para reuniões, onde são acolhidas sobre maneira as mães aflitas, os parentes aflitos dos dependentes químicos, para aprenderem a lidar com o problema.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Um assunto delicado, chato, mas precisa ser abordado aqui na Casa dos paranaenses. Eu sugeri, na ocasião, que se abrisse aqui uma Frente Parlamentar de Combate às Drogas, formada por inúmeros Deputados para que abordássemos esse assunto com profundidade.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e quero que o senhor retorne à tribuna para trazer mais.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Vamos trabalhar com essa ideia da política pública de combate à dependência química e do álcool.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Ora, Deputado Rafael Greca, inscrevo-me para participar do seu pronunciamento com muita alegria, porque esse é um assunto de interesse público. Sabemos que existem as mães que têm o seu filho drogado, o seu filho alcoólatra, que são doentes químicos. E essas famílias estão aflitas, porque uma clínica particular custa em torno de R\$ 300 por dia.

Esse ano coloquei no Orçamento do Estado do Paraná, para que se fizesse algumas clínicas experimentais assim, nas Cidades-polos, para que o Estado possa oferecer alternativas para que essas mães encaminhem o seu familiar.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Neivo Beraldin, o Hospital São Roque, em Piraquara, tem 40 casas vazias, podiam perfeitamente englobar esse trabalho também.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Então, é preciso que o Estado, porque uma clínica de recuperação de dependente químico, não é um hospital normal. Ele exige uma equipe multidisciplinar especializada na área da recuperação.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Agora eu pergunto: se o Zeca pode por que o Estado não pode? O pobre Zeca, ex-dependente químico suscitado pelo Espírito Santo abre uma obra, em Rio Branco do Sul. A iniquidade de uma sociedade só

voltada para o dinheiro, só coloca preço nas coisas, mas abdica do valor e da dignidade que existe nas pessoas, finge que não vê. Então, eu pergunto: se o Zeca pode, por que não pode o Estado brasileiro se ocupar dos dependentes?

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Até falava, na semana passada, que devíamos legislar aqui sobre a Emenda nº 029 a nível estadual, para incluir no Orçamento da Saúde Pública essa questão. Porque não é possível são tantos itens que estão na Saúde Pública investimento e, não está esse item, que é um item fundamental.

Mas eu sou muito alegre, Deputado Rafael Greca, ao ouvir um pronunciamento nessa semana que passou do Senador Osmar Dias. O Senador Osmar Dias afirmava que todas as letras, que essa era uma questão de Saúde Pública e esse era um assunto que deveria ser tratado como prioridade pelo Governo do Estado.

Então, um Senador da República do nível e do caráter do Senador Osmar Dias vai e afirma isso. É porque ele já caminhou o Paraná e sabe que realmente essas clínicas de recuperações são essenciais, importantes para a Saúde Pública da nossa população.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não pode haver nada mais triste e mais patético do que o noticiário dos filhos dos boias frias, entrando como uma horda de bárbaros, por exemplo, em Paranavaí, para disputarem pedras de crack na praça da matriz. Não pode ter nada mais triste que o tráfico, na Araucária, da Deputada Rosane, que cresce a olhos vistos.

Se o Senador Osmar Dias ainda não tivesse merecido o meu voto, coisa que já conquistou quando se celebrou a aliança, PT, PDT, PMDB, agora faria por merecer.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Quero destacar mais uma situação que ocorreu hoje, na Cidade de Londrina, onde o Prefeito libera do IPTU e dos encargos sociais as Igrejas, todos os templos católicos e evangélicos. Vai fazer com que essas instituições religiosas continuem fazendo e ampliando o seu trabalho social.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então, vamos abrir as Igrejas, também, para grupos de prevenção da dependência clínica.

A Ótica Diniz, ao lado da Catedral de Curitiba, abriu a sua sala para receber as mães aflitas para essa pastoral. Pergunto-me se não agradaria a Deus, que os templos evangélicos, as Igrejas Católicas, as escolas abrissem também para essa ideia.

Mas sobretudo, você que me ouve pela televisão, abra o seu coração para essa ideia, a generosa ideia da salvação da mocidade do Paraná, para o estudo, para a luz, a vida, para a alegria da vida, para a

ideia que viemos ao mundo para sermos feliz para escapar dessa loucura da uma cultura de morte, que veste os moços e moças de preto, que os tatua e marca como pessoas marcadas para morrer numa penitenciária, que os condena a tristeza de só beber água, água, água numa noite de festa rave, depois de sorver a mal-dita balinha do diabo, entregue às vezes como presente na porta da discoteca.

Levante-se a gente do Paraná, para erguer o nosso povo, a nossa mocidade, proteger as nossas crianças. Deus derrame fontes de misericórdia, como essa do meu amigo Zeca de Rio Branco do Sul e de São José dos Pinhais, para que se acolham os dependentes químicos.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Que Deus dê a todos o tripé da sabedoria: “mente, físico e emoções”. Vamos investir também na produção de material esportivo, vamos qualificar a mão de obra, para que o material esportivo não falte para as nossas crianças, nos nossos bairros, nas praças, nos campos, porque o esporte também é uma inclusão social.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não se ouviu dizer de atleta, ator, bom aluno, bom leitor que caísse na dependência das drogas.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Primeiro parabéns Deputado pelo seu pronunciamento, no momento, muito pertinente, porque nesse momento o Congresso discute num grande evento, hoje e amanhã, a questão da droga e a epidemia do crack no nosso Brasil.

A Frente Parlamentar de combate ao uso do crack levantou isso, é capitaneado por um paranaense - que nós temos que dar mérito a quem tem mérito - que é o Deputado Alcení Guerra, que hoje faz uma grande discussão no Congresso, e o senhor com a sua sensibilidade também traz esse assunto à tona.

Há três anos e meio nós debatemos esse assunto que vai e volta a plenário. Precisamos de decisão. Digo uma coisa Deputado, sem medo de errar, com relação à dependência química tudo temos por fazer. Desde a questão de melhorarmos as nossas fronteiras para que a droga não entre tão facilmente como entra no nosso País, até de conseguirmos fazer uma determinação técnica de como devem funcionar as comunidades terapêuticas, porque nem isso nós temos dentro do Sistema Único de Saúde, delimitando, delineando competências e constituições técnica dos comunidades. As comunidades padecem dessa regulamentação. Há tudo por fazer em relação a essa questão.

Parabéns, o senhor tem no meu mandato uma parceria nessa luta. Temos que dar os primeiros passos, porque se fala pouco.

Vivemos aqui na Região Metropolitana uma guerra civil do tráfico. São duas, três, 30, 40 pessoas mortas nos finais de semana.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Novecentos e cinquenta, de janeiro a junho.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Na semana passada tivemos um problema em Araucária, onde perdemos um casal e uma criança de seis meses de idade.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Fui eu à festa do Lar Moisés, dos 30 anos, e mostraram um menino de três anos que está lá para adoção, um menino loiro, lindo, saudável, que o traficante entregou na porta do lar, porque a mãe o deu como pagamento por dívida de crack. Teve o traficante a misericórdia, temos já pequenos escravos nascendo dessa questão da droga.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

E a droga, o crack, dizem que é uma pedra barata. É uma mentira. O crack tem o preço da fissura do dependente químico. Se for preciso vender o filho, esse filho é vendido; se for preciso ceifar a vida da mãe, essa vida é ceifada. Temos que tomar conta dessa situação. Parabéns Deputado.

Finalizando, ela está inserida em todas as classes sociais, os pobres vão para os jornais, estampam os jornais sensacionalistas, mas os ricos perdem metade do seu patrimônio tentando tirar seus filhos das drogas, muitas vezes sem conseguir.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Colocam seus filhos em festas rave e depois dizem: “Não sei por quê o menino, quando chega em casa, come tanto doce, tem tanta sede.” Acorde minha senhora! Salve seu filho, que se é para honrar pai e mãe, é para honrar filho e filha também!

Vamos pedir que a Fonte da Misericórdia, que funciona na Ótica Diniz, às quintas-feiras à noite do lado da Catedral para orientar as famílias, se derrame copiosa também sobre esta Assembleia e sobre o nosso Paraná e o nosso Brasil na criação de uma política pública de combate a esse mal terrível do nosso tempo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, para a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães) (Lê Expediente - Ofício nº 057/10)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Lido o Expediente, concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria aqui publicamente fazer uma manifestação de imensa solidariedade à uma pessoa por quem tenho o maior respeito e que, por conta de sabe-se lá por quê, acabou envolvido em uma situação que tomou as manchetes dos telejornais e jornais do final de semana. Estou me referindo a uma pessoa que é Coronel da Polícia Militar, Coronel Filardo, que é Comandante do Policiamento do Interior, foi Comandante da Polícia Ambiental, é uma pessoa que tem uma trajetória de mais de 30 anos na Polícia, de bons serviços prestados ao Estado do Paraná e que, por conta de uma escuta telefônica, foi acusado de promover o tráfico internacional de animais silvestres.

Sinceramente, com o devido respeito que têm as autoridades da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, trata-se de uma absoluta inverdade. O Coronel Filardo foi uma pessoa que, como Comandante da Polícia Ambiental, teve uma postura extremamente rigorosa em relação ao combate aos crimes ambientais e, por outro lado, ele, como Comandante do Policiamento do Interior, tem uma grande responsabilidade em relação à Polícia Militar do Estado do Paraná e normalmente, nessas situações em que uma pessoa vai presa, um político, ele fica pensando se deve ou não falar o fato, inclusive para poder divulgar ainda mais aquilo que certamente já deve causar muito constrangimento ao próprio acusado e a todos os seus familiares e amigos. Mas conheço muito bem o Coronel Filardo. Ele é inocente e está envolvido em uma situação absolutamente despropositada. É um profundo de um equívoco e vai restar comprovada a sua absoluta inocência nesse episódio.

Então, não poderia ficar aqui calado, sem manifestar aqui publicamente o meu apreço, o meu respeito e a confiança absoluta que tenho no Coronel Filardo como Comandante do Policiamento do Interior, como Coronel da Ativa da Polícia Militar do Paraná, e tenho certeza de que vai restar comprovada a sua absoluta inocência e esse episódio será completamente esclarecido. Agora, infelizmente, da forma que estamos vivendo, por uma escuta telefônica uma pessoa é causada de um crime ambiental, inclusive internacional, como se ele, ao atender ao telefonema de um amigo, estivesse envolvido em uma situação completamente sem propósito.

Então, quero aqui publicamente manifestar a minha confiança e o meu respeito pelo Coronel Filardo. Tenho certeza absoluta de que ele vai comprovar a inocência e a própria Polícia vai ter que arquivar esse procedimento contra ele, vai ganhar a liberdade e vai continuar Comandante do Policiamento do Interior, porque não é possível que um homem que a vida toda teve uma conduta ilibada possa ser acusado dessa forma.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, publicamente, manifestar a minha confiança no Coronel Filardo e na sua inocência.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado.

Quero registrar a presença do Vereador Ito Ranon, Presidente da Câmara de Cândido Rondon. Seja bem-vindo também, à nossa Casa.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 030/10, subscrito pelo Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 21 a 24 de junho próximo passado, por motivos de viagem a Brasília onde participou de reuniões e audiências em diversos Ministérios. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 057/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que estará afastado do País, no período de 07 a 13 de julho do corrente ano, quando empreenderá viagem à África do Sul, para tratar de assuntos relacionados à promoção da Copa do Mundo da FIFA - 2014, e a Angola, para compromissos oficiais do Governo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Enio Verri, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 22, 23, 29 e 30 de junho do corrente ano, devido ao fato de estar em Brasília, participando de várias reuniões com Ministros de Estado. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Abinelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2316, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Ordinária do dia 05 de julho do corrente ano, por estar representando esta Casa de Leis na Cidade de Santa Helena. **Não recebido pela Mesa.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais - ACCG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública o Lar dos Velinhos Frederico Ozanam, com sede e foro no Município de Campo Mourão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Diogo Portugal. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 063/07, de 12/06/10, em Projetos de Lei).**

Tendo em vista a ausência do autor da proposição, retiramos da Ordem do Dia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 428/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao comediante Diogo Portugal.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05 que, em seu artigo 2º, determina:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito no Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/06/07

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/10, de autoria da Deputada Beti Pavin, que institui o Dia Estadual da Capoeira e Ofício dos Mestres, a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro de cada ano. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 031/10, de 05/04/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 142/10

P A R E C E R :

Para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 142/10, que institui o Dia Estadual da Capoeira e Ofício dos Mestres, a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro de cada ano.

A proposição sob análise, além de instituir o Dia Estadual da Capoeira e Ofício dos Mestres, a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro de cada ano, determina que devem ser realizados eventos formativos e culturais sobre a questão.

A assessoria técnica se manifestou pela constitucionalidade e tramitação da proposição. Acolho a manifestação para que seja parte integrante do presente parecer.

Por todo o exposto e por estarem presentes os requisitos formais e materiais, a proposição pode seguir sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/10, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, declara de utilidade pública estadual a Associação de Mulheres do Distrito de São Luiz, com sede e foro no Município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 067/10, de 21/06/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 288/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado

Luiz Eduardo Cheida, declara de utilidade pública estadual a Associação de Mulheres do Distrito de São Luiz, com sede e foro no Município de Londrina/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade dos referidos projetos, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, os projetos de lei em análise não encontram óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável a normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 29/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, declara de utilidade pública estadual a Associação dos Artesões de Nova Cantu - CANTUART, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 069/10, de 23/06/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 294/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Artesões de Nova Cantu - CANTUART, de Nova Cantu, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade dos referidos projetos, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, os projetos de lei em análise não encontram óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável a normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 29/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 294/10

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o projeto de Lei Ordinária nº 294/10, que passa a ter a sua Súmula com seguinte redação:

Súmula: “Declara de utilidade pública a Associação dos Artesões de Nova Cantu - CANTUART, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município Campina da Lagoa.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação dos Artesões de Nova Cantu - CANTUART, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município Campina da Lagoa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de republicação.”

Sala das Comissões, em 29/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2272, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2273 a 2275, de autoria do Deputado Wilson Quintero, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2276 a 2300, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2302, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2303 e 2304, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2305 a 2312, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2314, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2317, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2318, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2321, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 033/09 e 276/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142, 288 e 294/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 864/07, 141 e 256/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT

PORTARIA Nº 517/10 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 16369 de 29/12/09.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 16369 de 29/12/09 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33904300	2000	100	100.000,00
Total			100.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903939	2000	100	100.000,00
Total			100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO Nº 082/10

Curitiba, em 22/06/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse Diário Oficial do Poder Legislativo Estadual, o EXTRATO contendo em suma o resultado da reunião realizada em 22/06/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- * Projeto de Lei nº 631/09 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 175/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 206/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 224/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 249/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 268/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 276/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 290/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 291/10 - Parecer Favorável
 - * Projeto de Lei nº 025/10 - Parecer Favorável
- (a) DURVAL AMARAL - Presidente

Atas de Comissão

Indústria, Comércio e Turismo

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
TURISMO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Fernando Scanavaca e com a presença dos Srs. Deputados: Pedro Ivo, Reni Pereira e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 344/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 006/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato, na forma da emenda anexa -

APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 031/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 106/10, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar secretária desta comissão.

(aa) FERNANDO SCANAVA - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião Ordinária em discussão e votação - APROVADO com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 011/10 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins, sugerindo a transformação da matéria em indicação legislativa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 183/10 de autoria do Deputado Wilson Quinteiro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 184/10 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 195/10 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 196/10 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri e Artagão Júnior SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 125/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli às emendas número um, dois, três e quatro de Plenário - REJEITADO. Os Srs. Deputados Jocelito Canto, Artagão Júnior, Caíto Quintana e Fernando Scanavaca votaram contrariamente ao parecer. Os Srs. Deputados Nereu Moura, Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri votaram favorável. O Sr. Presidente coloca em votação em separado do Deputado Fernando Scanavaca contrário às emendas número um, dois, três e quatro de Plenário -

APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri; 07) Projeto de Lei nº 218/10 de autoria dos Deputados Pedro Ivo, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Elton Welter, Péricles de Mello e Enio Verri. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Proposição Veto Parcial nº 028/10 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 197/10 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 124/10 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Fernando Scanavaca - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Nereu Moura e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Rosane Ferreira e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - Aprovado, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Artagão Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 224/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 249/10 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Resolução nº 017/10 de autoria do Deputado Nelson Justus. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 290/10 e 291/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 290/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, condicionado à apresentação do impacto orçamentário-financeiro da Comissão de Finanças - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 291/10 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira,

condicionado à apresentação do impacto orçamentário-financeiro da Comissão de Finanças - APROVADO. O Sr. Deputado Fernando Scanavaca apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 631/09 e 175/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 631/09 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Fernando Scanavaca - APROVADO; 07) Projeto de Lei Complementar nº 175/10 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Fernando Scanavaca, acolhendo a emenda oferecida pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 245/10 e 265/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 245/10 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, propondo, contudo, antes de qualquer providência uma Audiência Pública sobre o tema - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº265/10 de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Tadeu Veneri e Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, relator, requer a conversão da matéria em diligência junto ao Governo do Estado do Paraná, Sr. Governador Orlando Pessuti; à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Sr. Carlos Hoffmann; à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Sr. Deputado Nelson Justus; ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Hermas Brandão; ao Procurador Geral de Justiça, Sr. Olympio de Sá Sotto Maior e ao COPELEGIS desta Casa de Leis - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 206/10 de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 268/10 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 276/10 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 001/10. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 13) Projeto de Decreto Legislativo nº 001/10 de autoria do Deputado Reni Pereira. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Jocelito Canto e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Caito Quintana apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 630/09, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 131/10 e 152/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 139/10, 147/10, 170/10 e 173/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a

presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ademar Traiano apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 197/10, 013/10, 171/10 e 153/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 177/10, 179/10 e 193/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 733/09, 111/

10, 118/10 e 194/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 035/10, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ademar Traiano apresentou redação final ao Projeto de Resolução nº 015/10, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes

